

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MEMÓRIA E IMAGEM

GILMAR DOS SANTOS ROSA

GONNEVILLE: A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES EM SÃO
FRANCISCO DO SUL

CURITIBA
2014

GILMAR DOS SANTOS ROSA

GONNEVILLE: A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES EM SÃO
FRANCISCO DO SUL

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História – Memória e Imagem pelo Curso de História – Memória e Imagem do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira

CURITIBA
2014

Agradecimentos

Agradeço ao professor doutor Magnus Roberto de Mello Pereira pela orientação na condução do trabalho monográfico e no auxílio na construção do sítio na Internet, oportunidade valiosa para desfrutar de seus conhecimentos.

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a inestimável ajuda de moradores de São Francisco do Sul. Inicialmente, agradeço a Jeanne da Silva Flores da Secretaria de Turismo da cidade pelas informações prestadas e pela indicação das pessoas e locais que contribuíram para as entrevistas.

Agradeço a professora Andrea de Oliveira, diretora, à época, do Museu Nacional do Mar, pela solicitude, conhecimento e desprendimento generosos em colaborar com minha pesquisa, abrindo inúmeras portas e oportunidades.

Não poderia deixar de agradecer ao senhor Arnaldo Alexandre da Costa Filho pelo emocionado relato e pelos documentos que me permitiu ter acesso.

Aos moradores da cidade que propiciaram a realização das entrevistas e o conhecimento sobre a memória coletiva do episódio sobre Gonneville, meu afetuoso muito obrigado pela importantíssima contribuição.

Ao Nelson, Jurandir e Ademir que sempre torceram pelos meus projetos, agradeço especialmente.

Resumo

Compreender como as comemorações de quinhentos anos de descobrimento de São Francisco do Sul, em 2004, contribuíram para a invenção de uma tradição, a partir da ocorrência em 1504, do suposto desembarque do capitão normando Binot Paulmier de Gonneville nas terras da atual cidade do estado catarinense, mesmo sem prova contundente e com todas as divergências sobre o local exato em que o capitão teria aportado constitui-se no principal viés deste trabalho. A base histórica provém dos diversos livros sobre o assunto, sedimentada pela realização de entrevistas com moradores da cidade a fim de captar a percepção deles sobre como o episódio foi contado e comemorado e sua repercussão na memória coletiva dos moradores que concederam entrevistas a respeito do assunto. As considerações advindas dos moradores entrevistados mostram os propósitos para os quais as comemorações foram realizadas, encabeçadas pela Prefeitura da cidade. As características fundamentais de invenção de tradições foram comparadas com os instrumentos utilizados para a legitimação do suposto desembarque na região: a formalização da data como evento oficial no calendário do município, a referência ao passado histórico, o sentimento de pertencimento e o fortalecimento da coesão no grupo social, entre outros fatores, permitiram inferir que o fato relatado assumiu a qualidade de autêntico e real, contribuindo para a afirmação e reconhecimento do mito de descobrimento da cidade pelo capitão normando.

Palavras-chave: Gonneville. São Francisco do Sul. Tradição. Mito. Viajantes.

Sumário

1	Introdução	6
2	Normandos, bons navegadores	8
2.1	Sobre Gonneville	8
2.2	Sobre os preparativos da viagem	10
2.3	A viagem	11
2.4	A estadia na nova terra	13
2.5	Retorno e ataque dos piratas	15
2.6	A relação autêntica da viagem	17
2.7	A tese de d’Avezac no IHGB	19
2.8	As divergências	23
2.9	As divergências continuam.....	25
3	A percepção dos moradores.....	29
4	Tradições Inventadas	41
5	Conclusão	46
	Referências – fonte e bibliografia.....	51

1 INTRODUÇÃO

São Francisco do Sul, cidade portuária do litoral norte catarinense, comemorou quinhentos anos de descobrimento em 2004 com variadas atividades cívico-culturais que se estenderam praticamente durante todo aquele ano.

O descobrimento da região é creditado ao gentil-homem capitão Binot Paulmier de Gonneville, natural de Gonneville-sur-Honfleur, na região conhecida por Baixa Normandia na França. Por um documento extraído das indicações orais passadas por Gonneville aos oficiais franceses do tribunal da cidade de Ruão, em 1505, é descrita a viagem que o capitão e seus companheiros empreenderam em busca de riquezas e especiarias às novas terras das Índias, muito recentemente descobertas. Na Relação Autêntica de Viagem estão descritos os preparativos de carregamento do barco com alimentos, armas, munições e outros artigos, bem como as informações sobre a tripulação e o próprio navio *L'Espoir*.

Armand D'Avezac, geógrafo francês, já se interessara pela viagem de Gonneville desde 1857, mas ele não dispunha de documentos autênticos para suportar de forma consistente a história da viagem e suas consequências. Em janeiro de 1869 D'Avezac recebe uma carta de um funcionário da Biblioteca do Arsenal em Paris, que dá conta da existência de documento autêntico contendo dados da viagem. Este documento será publicado no mesmo ano de 1869 com análises e observações feitas por D'Avezac, cujas conclusões apontam que o capitão Binot Paulmier de Gonneville e sua tripulação da nau *L'Espoir* teriam aportado no Brasil, especificamente na costa do atual estado de Santa Catarina.

Baseando-se nas análises e observações de D'Avezac, Tristão de Alencar Araripe, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, divulga em reunião e publica na revista trimestral daquele Instituto, em 1886, a tese de D'Avezac de que Gonneville teria estado em Santa Catarina no ano de 1504, nas imediações de São Francisco do Sul.

A partir daí, chegamos às comemorações dos quinhentos anos de descobrimento de São Francisco do Sul, em 2004, refletindo-se por toda a cidade em diversos aspectos culturais e sociais da comunidade, como publicação de livros didáticos e especiais sobre o acontecimento, organização de festejos, palestras e apresentações teatrais e musicais, criação e inauguração de monumentos, que ajudariam a fixar a data como realmente autêntica para o descobrimento da região.

Juntamente com a bibliografia, este trabalho tem como um de seus sustentáculos as entrevistas realizadas com moradores da cidade de São Francisco do Sul durante o mês de maio de 2014. Com elas é possível desenhar, mesmo que debilmente, a trajetória da evolução de uma tradição bastante consistente com as indicações contidas na obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger - *A Invenção das Tradições*. Além disso, foi possível verificar que a cidade admite ter dois momentos bastante distintos em sua memória coletiva: o antes e o depois das comemorações dos quinhentos anos em 2004, constituindo-se em nova referência para a cidade e seus habitantes.

Além desta monografia, busquei construir um trabalho que se enquadrasse em um dos eixos do curso História – Memória e Imagem e, desta forma, optei por criar um *site* para a *world wide web* (internet) onde fosse possível seguir toda a história do descobrimento de São Francisco do Sul, a partir da viagem de Gonneville. Como pioneiro na entrega de produto diferente da monografia, todas as páginas criadas para o *site* são passíveis de aperfeiçoamento e melhorias, pois que a ideia primeva da produção é deixar disponível para futuros pesquisadores e estudantes de História a base de conhecimento adquirida por meio das entrevistas e das fontes bibliográficas consultadas.

E, mais uma vez, devido ao ineditismo da construção do produto “*site*”, ainda são necessárias ações advindas da Universidade Federal do Paraná no sentido de definir e alocar espaços em seus servidores para a hospedagem de trabalhos deste gênero que, espera-se, sejam produzidos pelas futuras turmas do curso História Memória e Imagem.

Posteriormente, será informado o endereço eletrônico onde os arquivos da pesquisa serão armazenados para consultas na “*web*”.

2 NORMANDOS, BONS NAVEGADORES

2.1 SOBRE GONNEVILLE

Sabe-se muito pouco a respeito da biografia de Binot Paulmier de Gonneville, gentil-homem, comerciante e navegador da Baixa Normandia, região reconhecida pela grande experiência de seus homens como navegadores devido às atividades de pesca desenvolvidas naquela parte da França, onde se localiza Gonneville-sur-Honfleur, atualmente pequeno povoado de 8,50 km² com população de 770 habitantes ¹, terra de origem de Binot Paulmier, dito, então, de Gonneville.

Capistrano de Abreu já citara a ousadia dos navegadores normandos, tais quais Gonneville, quando se referiu às pretensões da França em se apropriar da glória do descobrimento do Brasil, quiçá das Américas, na fantástica viagem de Jean Cousin em 1488:

“Segundo Gaffarel, a viagem é possível geographica e historicamente. Historicamente porque os Dieppenses eram navegadores ousados, que tinham se estendido muito pelo Oceano e em algumas partes precedido os Portuguezes e Castelhanos. Geographicamente, porque as tradições dieppenses fallam de uma corrente a favor da qual navegara Jean Cousin e esta corrente existe: é o *gulf-stream*.” (ABREU, 1883, p. 3).

As considerações de Capistrano de Abreu são um ponto forte a ser considerado nas viagens marítimas que os habitantes da Normandia realizaram pelos oceanos e mares desconhecidos, além da Cristandade, a margem das grandes navegações empreendidas por portugueses e espanhóis, os principais atores das grandes descobertas no século XVI. Deve-se ter em mente que não só Portugal e Espanha buscavam novas terras desconhecidas, mas também outras potências europeias, principalmente a França, a fim

¹ Informações atuais constantes em Carte de France sobre dados demográficos e territoriais da França. Disponível em http://www.cartesfrance.fr/carte-france-ville/population_14304_Gonneville-sur-Honfleur.html. Acesso em 09 Ago. 2014.

de assegurar vantagens comerciais, ou, quando muito, para legitimar processos de conversão ao catolicismo dos habitantes destas terras desconhecidas.

As informações biográficas que se tem a respeito do capitão normando são aquelas associadas a sua impressionante viagem, descritas na Relação Autêntica de Viagem – documento originado da descrição oral dada por Gonneville, ou esparsamente encontradas em documentos sobre determinada questão judicial envolvendo cobrança de imposto que recaia sobre descendentes de Gonneville.

Gonneville não é o sobrenome do capitão, mas indica sua procedência, o vilarejo de origem, como vimos, Gonneville-sur-Honfleur. Era considerado um fidalgo e, provavelmente, detinha posse de bens suficientes para se associar a mais oito companheiros e, juntos, armarem e tripularem com sessenta homens um navio com o objetivo de empreender viagem rumo às terras desconhecidas tanto relatadas naquela época das Grandes Navegações.

Para o sobrenome Paulmier ou Palmyer ou Le Palmyer, bastante utilizado antigamente na Normandia, Perrone-Moisés esclarece:

“Sobre o nome da família, diz Boissais: “Paulmier, Palmyer, Le Paulmyer são nomes muitos antigos e outrora muito usados na Normandia. Muitos nomes de família tiram sua etimologia de uma profissão, de um lugar de origem, de uma particularidade física ou de uma circunstância especial ocorrida na vida do indivíduo. Segundo Saint-Palaye, Paulmyers (em português, “palmeiros”) eram os peregrinos que traziam folhas de palmeiras da Judeia, como prova de lá terem ido.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 34).

Para Perrone-Moisés (1992) pelos documentos judiciais do processo de cobrança do imposto de advena, ficamos sabendo que antepassados de Binot Paulmier ocuparam postos importantes junto a autoridades francesas e que também muitos deles firmaram alianças políticas com outros nobres, o que nos permite dizer que a família era considerada de alta estirpe e bem conceituada na região.

É de frisar-se que o capitão não tinha filhos, fato que assume especial importância com o desenrolar da viagem e seu retorno à França, principalmente quando relacionado ao batismo do índio Essomericq, trazido na viagem para a França e apadrinhado pelo próprio capitão Binot.

2.2 SOBRE OS PREPARATIVOS DA VIAGEM

De acordo com Perrone-Moisés (1992), Lisboa mantinha acordos comerciais com a Normandia desde o século XIV, que davam o direito da cidade comerciar nos portos da região, assim como os normandos gozavam do mesmo direito com relação a Lisboa.

Era um fértil caminho para que normandos estivessem em Lisboa nos anos imediatamente subsequentes ao descobrimento do Brasil, para se inteirarem das novidades que circulavam entre os marinheiros do porto sobre as terras novas. Mas também, principalmente, para ouvirem e tomarem conhecimento sobre as riquezas e sobre as especiarias existentes nestas terras. Por volta do início do século XVI, Gonneville e mais dois normandos estavam em Lisboa com o intuito de comerciarem, atividade bastante comum entre normandos e portugueses, tendo em vista as relações comerciais desenvolvidas entre as duas regiões.

A cidade de Lisboa atraía gente de todas as partes para apreciar e comprar as novidades vindas das terras estranhas, as Índias, designação comum, na época, a todas as terras desconhecidas. Portugal já punia com pena de morte a quem contasse detalhes das rotas para o Oriente, mas, apesar disso sempre havia multidões em volta de marinheiros portugueses que retornavam destas inacreditáveis viagens e que, possivelmente, descreviam suas aventuras e peripécias passadas nas terras e nas rotas por eles navegadas. Por isso, é bem possível que Gonneville tenha encontrado os dois portugueses que iriam fazer parte de sua tripulação neste burburinho. Assim, foram contratados por altos salários, Bastiam Moura e Diegue Cohinte (as traduções brasileiras falam em Bastião Moura e Diego Couto), marinheiros, portugueses, conhecedores das rotas do mar oceano. Estava por iniciar-se a viagem rumo ao desconhecido.

No retorno a Honfleur, após as tratativas em Lisboa, Gonneville e seus dois amigos associam-se com outros comerciantes para equipar e armar a nau *L'Espoir*, navio de 120 toneladas. Além de víveres e mantimentos para cerca de dois anos de viagem, a nau foi carregada com munições e armamentos, caso fosse necessário utilizá-las para defesa e proteção tanto em mar como em terra. Ademais, como previam fazer troca de mercadorias com eventuais populações nativas, foram carregados espelhos, miçangas, facas, utensílios de metal e tecido.

A tripulação era composta pelos dois marinheiros portugueses e vários homens da região normanda, possuidores de grande experiência nos mares. No transcurso de sua Relação de Viagem, Gonneville dará detalhes de nomes e procedências dos homens integrantes de sua tripulação.

No geral, Gonneville prefere seguir as recomendações dadas pelos marinheiros portugueses devido a experiência e conhecimento adquirido em outras expedições, e por isso, resolve partir de Honfleur em 24 de junho de 1503, a fim de dobrar o Cabo da Boa Esperança por volta de julho, considerado o melhor período para isto, conforme os portugueses.

2.3 A VIAGEM

Seguindo a descrição de Perrone-Moisés (1992), *L'Espoir* lança-se ao mar numa solitária aventura, diferentemente das expedições portuguesas da época que eram constituídas de várias embarcações como caravelas e naus. Dezoito dias após levantar âncora de Honfleur, Gonneville e tripulação passam pelas Ilhas Canárias, mas nelas não param e seguem navegando. Trinta e seis dias após a partida chegam a Cabo Verde, onde param por dez dias, reabastecendo-se de água e alimentos e limpando o casco do navio das conchas que já se acumulavam.

Revestida de controvérsias tanto em França como no Brasil, a viagem é contestada pela falta de indicação clara do tipo de navio utilizado, elemento importante para entender em que condições ela se deu. Neste sentido, Fernandes apresenta as seguintes considerações a respeito:

“Essa viagem, que não deixou traço nos registros notariais, teria sido conduzida em determinada embarcação de 120 tonéis, sem indicativo do tipo de veleiro, ou seja, nau barine, barza, etc. apenas designado como *navire*.

O tipo de barco é importante para avaliar as possíveis características de navegação nas singraduras do Atlântico Sul e do desempenho em rota, diante das datas e posições alcançadas no curso estabelecido por De Courtonne, pelas adições do barão e no trajeto corrigido por Armand d’Avezac em 1869, já então definitivamente afeiçoado às costas do Brasil (São Francisco do Sul e o demais).” (FERNANDES, 2009, p. 47).

Ainda, segundo Perrone-Moisés (1992), em 9 de agosto de 1503 *L'Espoir* volta ao mar para uma rota rente a costa africana, mas não tocando-a, em obediência às indicações dos marinheiros portugueses que relatam as dificuldades encontradas neste trajeto quando há contato com terra. Trinta e três dias após a partida a nau continua sua jornada, enfrentando chuvas fedorentas que mancham os tecidos das roupas e causam pústulas nos marinheiros. Nesta altura estão cruzando a linha do equador.

Mal cruzam a linha do equador e o escorbuto acomete a tripulação, matando cinco marinheiros e um homem de Harfleur que havia embarcado por conta própria a fim de atender seus anseios de curiosidade sobre fauna, flora, e demais elementos exóticos encontrados nas terras desconhecidas. Assim como surgiu, o escorbuto cessa de atacar os homens e *L'Espoir* continua sua jornada, a partir de agora tomando como baliza um céu de estrelas totalmente desconhecidas para os marinheiros, acostumados com as constelações do hemisfério norte.

Em 9 de novembro os marinheiros avistam plantas com raízes flutuando no mar – o Mar de Sargaços. Acreditam estar próximos ao cabo da Boa Esperança, mas desconfiam da ausência dos pássaros relatados da experiência dos portugueses. O frio sentido a bordo parece indicar que estão mais próximos do polo sul. Na verdade, parecem estar realmente perdidos na vastidão do mar oceano.

Passam-se oito semanas entre calmarias e tempestades desde que foram avistados os sargaços e, neste ponto, mais uma morte vem abater os ânimos da tripulação: vem a falecer o piloto da nau. Além disso, a comida e a água vão perdendo a qualidade e o humor dos marinheiros vai se deteriorando para piorar a situação. Por fim, são avistados pássaros, sinal de terra próxima e Gonnevillle, seus companheiros e o novo piloto decidem dar as costas às Índias Orientais, salvando suas vidas e rumando em direção às novas terras, quem sabe totalmente desconhecidas da cristandade ou, quem sabe, lugar onde portugueses e espanhóis já haviam estado.

Em 5 de janeiro de 1504 aportam naquilo que chamariam de uma grande terra. O capitão ordena o desembarque de alguns homens para reconhecer o local, e quando voltam dizem ter encontrado um rio cuja desembocadura lembra-lhes o familiar rio Orne na França. Conforme citado por Perrone-Moisés, este lugar para d'Avezac é o Brasil:

“Desde as pesquisas do geógrafo d’Avezac acredita-se que esse rio é o rio São Francisco do Sul, no atual estado de Santa Catarina. Considerando a zona de calmaria onde *L’Espoir* ficara detido, zona assinalada em todos os mapas de ventos como situada logo abaixo do Trópico de Capricórnio, o geógrafo concluiu: ‘já que a terra onde aportaram estava ao sul do Trópico, e que aí chegaram ao sair da calmaria, torna-se evidente que o desembarque deve ter ocorrido na costa do Brasil, entre as latitudes de 24° de um lado e de 27° a 30° de outro’.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, pp. 50-51).

2.4 A ESTADIA NA NOVA TERRA

Na terra em que desembarcaram, permaneceram durante seis meses. Consertaram o navio, fizeram amizade com os indígenas do lugar, reconhecidos, mais tarde, provavelmente como pertencentes aos carijós. Os índios receberam cordialmente os franceses, os quais deram presentes baratos já carregados no navio para quando fossem necessários. Este carregamento de “bugigangas normandas” constava de trezentas peças de tecidos diversos, machados, enxadas, foices, relhas, segadeiras num total de quatro milheiros, dois mil pentes de várias espécies, cinquenta dúzias de espelinhos, seis quintais de miçangas de vidro, e oito de quinquilharias de Ruão, além de facas, canivetes, alfinetes, agulhas e moedas de prata para serem oferecidas na Índia. A lista completa aparece descrita em detalhes na Relação Autêntica de Viagem de Gonneville.

Enquanto os reparos vão sendo feitos, expedições que duram dois dias são realizadas pelos marinheiros do *L’Espoir* ao interior das terras em que habitam os carijós. Um dos tripulantes faz desenhos da flora e da fauna exóticas nunca vistas pelos europeus.

Os costumes dos carijós foram observados por Gonneville e relatados na Relação Autêntica de Viagem, considerando sempre a cordialidade daqueles homens vivendo fora dos limites da cristandade. O cacique da tribo, chamado Arosca, visita o navio juntamente com seus subordinados e lá se impressionam com a leitura de papéis feita pelos franceses, como se a leitura fosse algo mágico, incompreensível para eles.

Mas era chegada a hora da decisão sobre a partida e o retorno. Os homens levantam uma cruz de madeira, gravam inscrições que ensejam tratados comerciais e não dominação e posse da terra como acontecia com portugueses e espanhóis ao invadirem as novas terras.

A tripulação do *L'Espoir* se reúne e decide retornar à Europa, para desencargo de Gonneville. Os homens não desejam seguir a rota pelo mar desconhecido rumo às Índias, mas antes, preferem retornar à França subindo pelo Atlântico, opção em que poderiam ter acesso às rotas então conhecidas rumo a Europa.

Para comprovar que realmente estivera nas terras, Gonneville solicitou ao cacique Arosca algum objeto ou presente que pudesse levar para a Europa. Para sua surpresa, Arosca ofereceu um de seus próprios filhos, Essomericq, pensando em obter por meio do filho os conhecimentos sobre a arte da artilharia tão desenvolvida pelos europeus e, assim, dominar seus inimigos. O capitão compromete-se em ensinar ao jovem índio a arte da artilharia e trazê-lo de volta em “vinte luas”. Além de Essomericq, seguirá viagem com os franceses o índio Namoa, uma espécie de pajem do filho do cacique Arosca.

Essomericq é apontado com uma corruptela de Iça-Mirim, em função da pronúncia dos franceses para um nome em língua indígena. Mas existem controvérsias quanto ao acerto da hipótese. Carlos da Costa Pereira ² aponta que “Essomeric não é afrancesamento, mas adulteração do nome do índio que o capitão Gonneville levara consigo para a Normandia.” (PEREIRA, 1984, p. 21).

Perrone-Moisés (1992) cita em sua obra que, em 3 de julho de 1504, *L'Espoir* parte em direção ao mar, navegando pela costa durante quatro meses. Há um surto de “febre maligna” que mata mais quatro tripulantes, incluindo o índio Namoa, que viera acompanhando Essomericq. Na agonia do índio surge a dúvida quanto a batizá-lo ou não, em função do pensamento religioso e teológico vigente aquela época. Então, o mais sábio membro da tripulação do navio, o senhor Nicole, decide por não batizar o índio em agonia. Essomericq também encontra-se doente e, talvez por remorso, decide-se batizá-lo com o nome de Binot, o mesmo do capitão. O índio melhora da febre e, mais aliviado, Gonneville, sem filhos, terá agora um apadrinhado, de ascendência diferente da sua para cuidar, já que, praticamente, adotara o agora Essomericq/Binot/Içá Mirim.

Já longe de Santa Catarina, provavelmente na altura de Porto Seguro, decidem parar em busca de mercadorias para suprir os gastos e despesas da viagem, porém encontram tribo de índios bem diferentes dos carijós, rudes e selvagens, nus, mas que já haviam tido contato com a cristandade em virtude de possuírem mercadorias originárias

² Em seu livro História de São Francisco do Sul, Pereira escreve “em aditamento” no qual baseia-se em artigo de Ramiz Galvão, intitulado “O novo livro do Sr. Paulo Gaffarel”, publicado na *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1879, vol. 1, p. 189, em que confirmou sua convicção depois de consulta ao especialista sr. Dr. B. C. de Almeida Nogueira a respeito dos nomes dos três índios carijós citados na *Relação de Viagem* de Gonneville: “Essomeric de Içá miri (chefe pequeno); Arosca de Arô içá por ñ arô içá (Chefe de guerra) e Namoa de Ñ amô a (gente de longe).” (PEREIRA, 1984, p. 21).

da Europa. Portanto, era a região da costa brasileira mais conhecida e frequentada, pelo menos desde Cabral. Alguns tripulantes descem a terra, quatro são mortos pelos índios, o que leva o capitão a apressar o retorno, sem antes parar mais adiante para, mais uma vez, tentar reaver alguns gastos que tiveram com a viagem, conforme cita Perrone-Moisés:

“Esses índios já estavam habituados ao comércio com os europeus. Não reservam nenhum mau trato aos navegantes; e se eles tivessem maquinado algo, não teriam conseguido realizar, porque o caso precedente fazia com que não se tivesse mais confiança. Desconfiadíssimos e armados até os dentes, os franceses fazem seu tráfico, e carregam o navio com as preciosas raridades que, finalmente, compensariam os gastos da viagem. Poucos dias antes do Natal de 1504, *L'Espoir* deixa aquele local.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 67).

A análise de d'Avezac sobre o lugar em que desembarcaram recai sobre a Baía de Todos os Santos, onde encontraram índios semelhantes aos anteriores. Muito bem armados, insistem em obter e embarcar mercadorias para evitar prejuízos e puderam perceber que aqueles selvagens já estavam acostumados com o comércio com os europeus, uma vez que tinham a posse de objetos produzidos no Velho Continente.

2.5 RETORNO E ATAQUE DOS PIRATAS

Conforme Perrone-Moisés (1992) em janeiro de 1505 avistaram, provavelmente, a ilha de Fernando de Noronha. Em fevereiro cruzaram o equador. Atravessaram o mar dos Sargãos, mas enganaram-se pensando estar próximos das Canárias, quando, na verdade estavam nos Açores. Por lá renovaram as provisões de água e víveres. Continuaram a viagem e foram obrigados a fazer uma parada na Irlanda por causa das péssimas condições do navio. Rumo ao Canal da Mancha, tão próximos de casa, presenciaram um navio suspeito a rondar *L'Espoir*, próximo às ilhas de Jersey e Guernesey. As suspeitas se confirmaram de ser um navio pirata inglês, que logo a artilharia de *L'Espoir* respondeu com tiros de canhão ao mesmo tempo em que se afastava dos ladrões. Entretanto, outra grave surpresa os esperava, porque outro navio pirata, de origem francesa, estava a espreita. O capitão avaliou a situação da nau, péssima pela luta

com os piratas ingleses e pela própria travessia, e decidiu jogar o navio contra os arrecifes, enquanto a tripulação tentou salvar suas vidas descendo nos barcos menores. Toda a carga afundou, os desenhos, os diários, as anotações, as mercadorias não saqueadas pelos piratas franceses. O que restou vai ao fundo do mar. Assim, tudo perdeu-se.

Dos sessenta tripulantes iniciais restaram apenas vinte e oito. Recolhidos pelos habitantes da região, foram tratados e colocados em um navio que os levaria até o porto de La Hougue. Para Honfleur seguiram por terra. Entre os sobreviventes, o próprio capitão Binot Paulmier de Gonneville, seus sócios, os dois portugueses, mais quinze marinheiros, dois pajens e outro Binot, o índio Essomericq.

O índio Binot-Essomericq despertou a atenção de muitos durante o caminho até Honfleur. Para o capitão ele era o bem mais precioso que trouxera dentre toda a carga perdida.

Em 20 de maio de 1504, finalmente adentraram Honfleur.

A Relação da Viagem do Capitão de Gonneville e seus Companheiros às Índias foi a descrição oral apresentada ao Almirantado de Ruão em 19 de junho de 1505 para oficializar a viagem e requerer, futuramente, indenização pelo assalto dos corsários franceses ao navio. Era obrigatório o depósito dos diários de navegação na sede do Almirantado, mas como todos os documentos e registros da viagem se perderam com o afundamento de *L'Espoir*, a obrigatoriedade consistia em registrar oralmente as características da viagem, da tripulação, do navio e da carga. Conforme Araripe nos deixa saber:

“Os naufragos entraram em Onfleur, e em observância das leis marítimas francezas, que obrigavam os navegantes de longo curso a depositar no almirantado os seus diários nauticos, o capitão Binot Paulmier e seus companheiros de naufrágio redigiram uma relação da sua viagem, e a depositaram no conselho do almirantado de Rouen, para suprir os diários de bordo perdidos com o navio”. (ARARIPE, 1886, p. 319).

2.6 A RELAÇÃO AUTÊNTICA DA VIAGEM

Perrone-Moisés conta em seu livro que os descendentes de Binot Paulmier de Gonneville foram cobrados de um imposto conhecido como de ádvēna em 1658, e que tal imposto referia-se a “tributo devido à Coroa pelos estrangeiros radicados na França.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 109).

A família, revoltada pela cobrança ultrajante, resolveu apelar às instâncias possíveis, incluindo o próprio rei Luis XIV e, de fato, escreveram ao soberano explicando que descendiam do índio Essomericq, filho de um cacique e, como tal, considerado como um filho de rei, então Essomericq era um príncipe, trazido à força para a França e nunca repatriado a sua terra de origem. Além disso, membros da família teriam prestado bons serviços ao reino e eram considerados como de nobre estirpe. O motivo da carta ao rei, escrita pelo bisneto de Essomericq/Binot, o abade Jean Paulmier de Courtonne, era obter uma cópia autenticada da relação de viagem do capitão de Gonneville, guardada nos arquivos do Almirantado em Ruão e já negada uma vez.

O pedido foi concedido pelo rei e a relação de viagem autenticada chegou às mãos da família que pode comprovar, assim, a injustificada cobrança do imposto de ádvēna. Desta maneira, como bem assevera Perrone-Moisés “se a família Paulmier não tivesse tido esse contratempo fiscal, a Relação do Capitão de Gonneville talvez nunca tivesse chegado ao nosso conhecimento, perdida entre os milhares de documentos da Marinha francesa”. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 113).

A cópia do documento com o lacre oficial, válida como documento original, foi entregue aos descendentes de Gonneville, neste caso a Damoiselle Collet, em data de 30 de agosto de 1658.

Assim, parece que as aspirações do abade Courtonne foram alcançadas, quanto a obter documento autêntico com a mesma validade do documento original guardado nos arquivos reais.

Em 1663 foi publicada em Paris pelo bisneto de Essomericq/Binot, “uma memória sob o nome de Jean Paulmier de Courtonne, o qual tratava de promover o estabelecimento de uma missão evangélica entre os selvagens, que existiam na terra descoberta por seu avoengo”. (ARARIPE, 1886, p. 316).

Segundo, ainda, Araripe (1886), Essomericq/Binot fora adotado como filho pelo capitão de Gonneville, tendo-o casado com uma sua parenta, vivendo na França até a

idade de 96 anos, quando faleceu em 1583, sem jamais ter retornado ao seu país de origem.

Os estudos do geógrafo Armand D’Avezac sobre a viagem de Gonneville já vinham sendo desenvolvidos bem antes de 1869, entretanto, não existiam documentos autênticos que pudessem comprovar a fascinante viagem do normando.

Em 1847 D’Avezac recebe a informação da existência de um maço de cartas, escritas por um certo Barão de Gonneville acompanhada de uma relação abreviada da viagem do capitão. Por ocasião de uma reunião na Sociedade de Geografia, no ano de 1857, em que se comentava a obra História Geral do Brasil de Varnhagen, D’Avezac comunica o achado aos colegas e “emitindo pela primeira vez, em público, a opinião de que a Terra de Gonneville era o Brasil. Em suas *Considérations géographiques sur l’histoire du Brésil*, d’Avezac aventava a hipótese de que o desembarque se teria realizado na terra dos índios goiatacás” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 153).

Passaram-se doze anos após a reunião da Sociedade de Geografia para que D’Avezac tivesse em mãos documentos autênticos sobre Gonneville e sua viagem. Esses documentos chegaram ao geógrafo por meio do bibliotecário da Biblioteca do Arsenal, em Paris, em data de 12 de janeiro de 1869, na qualidade de um pequeno manuscrito de 12 folhas. De acordo com Araripe, “o documento agora descoberto consiste em uma certidão da relação da viagem do navio Espoir, passada por autoridade pública e com solenidade judicial; não pode pois ser recuzada a sua veracidade.” (ARARIPE, 1886, p. 321).

Aparentemente, os documentos enviados a d’Avezac são aqueles que o rei Luis XIV determinara entregar a Damoiselle Collet, em data de 30 de agosto de 1658.

Naquele mesmo ano de 1869 Armand d’Avezac publica a “Relação Autêntica de Viagem do Capitão de Gonneville” juntamente com esclarecimentos sobre suas análises, concluindo que Gonneville e sua tripulação desembarcaram nas proximidades do rio São Francisco no atual estado de Santa Catarina:

“Como a terra onde aportaram era ao sul do trópico, e ahi xegaram ao cahir das calmarias, torna-se evidente, que o surgidouro devera ser na costa do Brazil entre as latitudes 21° por um lado, e de 27° a 30° por outro. Ora, na latitude média entre os dois termos, aos 26° 10’ sul dezemboca o rio de São-Francisco do sul, no paiz abitado pelos Carijós.” (ARARIPE, 1886, p. 323).

Como vimos, a ideia de desembarque dos franceses em Santa Catarina não era nova, tampouco fora inventada contemporaneamente. Muito menos partiu de um francisquense a tese de que o normando Binot Paulmier aportara em São Francisco do Sul em janeiro de 1504. Pelo contrário, foi uma concepção exógena que deu vida ao mito, ao fato, ou a lenda de descoberta do lugar.

2.7 A TESE DE D'AVEZAC NO IHGB

A tradução do texto que Armand d'Avezac escrevera é feita para o português por Tristão de Alencar Araripe, tendo sido lida em 1886 em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Araripe era sócio, e publicada no mesmo ano pela revista trimestral do Instituto.

Pode-se conjecturar que é somente a partir de 1886 com a memória da sessão do IHGB publicada, que é dada a conhecer de maneira mais ampla a história do desembarque de Gonneville em São Francisco do Sul.

Em obras anteriores a 1886 sobre a história de Santa Catarina, por exemplo, ainda não se encontra menção ao feito do francês, como em “Memória Histórica da Província de Santa Catharina”, de 1856, ou “Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina”, de 1829.

Em “Memória Política”, escrita em 1816 e publicada em 1829, seu autor Paulo José Miguel de Brito, comenta sobre as várias incursões feitas às costas brasileiras pelos europeus, principalmente os espanhóis, mas também sobre os franceses, entretanto não há referências aos normandos de Gonneville. Sobre a baía dos Perdidos, por exemplo, descoberta do espanhol Solis, ele cita:

“Por esta abbreviada descripção da viagem de Solis se collige claramente, que a bahia onde elle fundeou, e que nomeou “dos Perdidos” he aquella mesma comprehendida pela Ilha de Santa Catharina e pela terra firme adjacente: e suposto não esteja exactamente indicada a sua latitude de 27° “, mas sim a de 27° “ 26’, esta pequena differença deve attribuir-se a qualidade dos instrumentos náuticos de que se usava naquelles tempos, assim como ao atrazamento, em que então se achava a sciencia da navegação ...” (BRITO, 1829, p. 5).

Francisco Adolfo de Varnhagen não cita diretamente Gonneville e seu pretense desembarque no Brasil, mas invoca a presença de navegadores franceses na costa do Brasil nos anos iniciais após Pedro Álvares Cabral por aqui ter estado. Com certa liberalidade é possível acreditar que os “ousados navegadores de Honfleur e Dieppe” possam ter sido os integrantes da tripulação de *L’Espoir* em 1504. Em sua “História Geral do Brasil”, publicado em 1854, podemos ler:

“Debalde havia Portugal prohibido com duras penas aos seus ‘mestres de cartas de marear’ o fazerem pomas ou espheras terrestres, e o marcarem nos mappas as terras ao sul do rio de Manicongo e das ilhas de S. Thomé e Principe. Debalde prohibia que acceitassem seus pilotos e marinheiros o serviço de mar de outras nações, pensando talvez com isso obstar a propagação dos conhecimentos nauticos pela Europa. Os ousados navegadores de Honfleur e de Dieppe frequentavam cada dia mais os portos do Brazil. As guerras da França não faziam diminuir o ardor e a actividade dos seus marítimos, estimulados por tantos lucros.” (VARNHAGEN, 1854, p. 36).

Capistrano de Abreu já citara, em 1883, em “Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”, a respeito de Gonneville ter estado no Brasil, baseado em d’Avezac: “... e um trecho de Gonneville, francez que em 1504 esteve em diferentes logares do nosso território.” (ABREU, 1883, p. 11). O trecho trata das pretensões francesas com relação a considerar seus navegadores como sendo os descobridores do Brasil e, por isso, as datas são importantes nos escritos de Abreu. Mais adiante, na mesma obra, ainda se refere a viagem do capitão normando:

“O trecho de Gonneville não parece mais concludente. De alguns annos a esta parte, diz elle, os Francezes têm ido ao Brasil. Estes alguns annos de quando se deve contar? De 1503, em que a 24 de Junho partiram de Honfleur? De 19 de Junho de 1505 em que Gonneville fez esta declaração?
Na ultima hypothese, incontestavelmente a mais provável, é preciso estar muito prevenido para enxergar nas palavras do marinheiro de Honfleur a affirmação do descobrimento do Brasil pelos Francezes.” (ABREU, 1883, p. 13-14).

Por volta de 1912 já nos deparamos com indicações sobre o desembarque do francês na região, com citações, inclusive, sobre a cruz de madeira levantada para marcar o desembarque e a passagem dos franceses, conforme Lucas Alexandre Boiteux escreve, em “Notas para a história catharinense”:

“Foi esta a primeira expedição européa que explorou a terra catharinense, reconhecendo a bella e profunda Bahia de Babitonga. O nome de ‘Ponta da Cruz’ dado a um pequeno promontorio dentro da bahia de S. Francisco, não terá vindo da cruz alçada por Gonnevillle e alli encontrada ...” (BOITEUX, 1912, p. 113).

De Lucas Alexandre Boiteux, em “Pequena História Catharinense”, obra didática de 1920, ainda temos descrição da chegada de Gonnevillle em Santa Catarina, assim como a menção dos dois portugueses contratados para indicar a rota às Índias:

“Entre os da equipagem vinham dous portuguezes, Sebastião de Moura e Diogo Couto, talvez já conhecedores e praticos dessas viagens. Segundo o estudo critico de varios historiadores, o Espoir alcançou o ribamar catharinense, desembarcando sua gente a 6 ou 7 de Janeiro de 1504, no porto de S. Francisco. Alli demoraram-se os francezes alguns mezes empregados no reconhecimento da terra e no commercio com os incolas.” (BOITEUX, 1920, p. 32).

Em 1935, Almeida Prado em seu “Primeiros Povoadores do Brasil 1500-1530” diz que:

“Foi também esse lenho encarnado (*referindo-se ao pau-brasil*) a causa da intromissão de bretões e normandos no comércio privativo dos súditos de D. Manoel. Logo nos primeiros anos da colônia, durante o privilégio de Fernão de Loronha, os franceses apareceram ameaçadoramente num litoral onde eram mais bem recebidos do que os donos.” (PRADO, 1935, p. 48).

Dessa forma, percebemos que os franceses estavam intimamente vinculados às viagens às novas terras. Prossegue, Almeida Prado:

“Em 1505 Binot Paulmier de Gonneville declarava no seu depoimento perante o Almirantado da Normandia, que dois anos antes estivera no Brasil, numa região onde desde algum tempo costumavam resgatar embarcações de Dieppe e S. Malô. Levado por esta declaração, crê o historiador brasileiro Gomes de Carvalho que já em 1503 os franceses frequentavam as costas do Brasil em busca de madeira de tinturaria. A ‘Relation Authentique’ de Gonneville compreende a armação do navio e a narrativa da viagem. Este documento, e o da nau Bretoa, representam tudo que possuímos a respeito de pormenores acerca das expedições que vinham ao Brasil.” (PRADO, 1935, p. 51-52).

Da mesma série do livro de Almeida Prado, a Bibliotheca Pedagógica Brasileira, outro autor, Oswaldo R. Cabral, em 1937, escreve:

“Binot Paulmier de Gonneville foi talvez o primeiro homem branco que aportou a terras de Santa Catharina. Tendo partido da França em junho de 1503, a bordo do Espoir, chegou às costas do Brasil nos primeiros dias do mez de janeiro de 1504, depois de haver escalado nas Canárias, e fundeado na Bahia que mais tarde veio a chamar-se Babitonga.” (CABRAL, 1937, p. 29).

Já mais recentemente, encontramos em Carlos da Costa Pereira, em seu livro “História de São Francisco do Sul” o capítulo I inteiramente dedicado a expedição de Gonneville e suas considerações sobre se o normando teria aportado realmente em São Francisco do Sul.

“Sucederam-se dias de calma podre. Mas, logo depois, os expedicionários começaram a ver muitos pássaros, que vinham e voltavam do lado sul, o que os persuadiu que não estavam longe de terra; e como para lá irem devessem voltar costas à Índia Oriental, assim se fez, sendo necessário mudar a manobra das velas, e a 5 de janeiro de (1504) descobriram uma grande terra, a que só puderam aportar na tarde do dia seguinte, por terem vento terral contrário, e ancoraram em bom fundo.” (PEREIRA, 1984, p. 14).

Armand d’Avezac, ao designar São Francisco do Sul como lugar de desembarque de Gonneville e sua tripulação, permitiria aos pósteros elevar São Francisco ao patamar de uma das três cidades mais antigas do Brasil, uma vez que o ano de 1504 é considerado por muitos como o ano de descoberta da região.

“O ilustre geógrafo, a quem foi confiado o manuscrito pelo inventor, expoz todas essas indicações e analisou-as, resultando de sua análise o esclarecimento dos pontos obscuros da narração conservada na tradição, a marcha de toda a viagem, e o reconhecimento dos sítios, onde tocou o navio explorador. Assim ficou patente, que o navio francez efetivamente veio ao Brazil, aqui esteve, e daqui regressou à França.” (ARARIPE, 1886, p. 322).

2.8 AS DIVERGÊNCIAS

Se, por um lado, Armand d’Avezac propugnava o desembarque de Gonneville no litoral sul do Brasil, acompanhado em sua tese por tantos historiadores e estudiosos brasileiros, muitos mais pretendiam outro destino ao capitão normando, não aceitando as conclusões de d’Avezac. A controvérsia situa-se entre Gonneville ter desembarcado realmente no Brasil ou nas imediações de Madagáscar.

De forma a entender melhor as divergências suscitadas pela real localização das Terras Austrais indicadas por Gonneville, deve-se tomar ciência dos fatos atinentes ao desenrolar da história de um bisneto do capitão normando, abade culto e frequentador dos melhores salões das cortes europeias da época, o Abade Jean Paulmier de Courtonne.

Jean Paulmier de Courtonne era abade e bisneto de Essomericq/Binot, o índio carijó trazido por Gonneville, batizado na viagem e que recebera o mesmo nome do capitão. Quando os descendentes de Gonneville foram cobrados do imposto de advena, que referia-se a valor devido por estrangeiros estarem morando em França, foi o abade Courtonne quem lembrara-se da existência do documento de 1505, relatado por Gonneville ao Almirantado de Ruão, denominado de Relação de Viagem, cuja cópia possuíam nos arquivos familiares, mas para comprovar as origens de Essomericq/Binot era necessário o documento autêntico, arquivado na sede do almirantado em Ruão. Não

conseguindo o original, apelaram ao rei Luis XIV, que concedeu a benesse de liberar os papéis originais, conforme nos conta Perrone-Moisés (1992).

Continua Perrone-Moisés: Courtonne, como membro do clero e participante da nobreza, tinha acesso a várias autoridades, a quem apresentava a história de seu bisavô e alguns escritos que havia feito sobre isso. Tentava fazer chegar até as mãos do papa seus memorandos. Numa dessas conversas com autoridades, encontrou-se com o aristocrata Cabart de Villermont a quem ofereceu seu livro. Villermont interessou-se pela história de Gonneville ali descrita e apresentou-a a Etienne de Flacourt, geógrafo e explorador:

“Foi o colonizador de Madagáscar, onde os franceses estavam implantados havia alguns anos, e era Diretor Geral da Companhia Francesa do Oriente. O senhor de Flacourt também ficou impressionado com o Abade e sua história. A experiência do Capitão de Gonneville lhe interessou porque, naquele momento, a França estava empenhada em colonizar outras ‘terras austrais’.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 116).

Naquele momento não era dito que as Terras Austrais poderiam ser a América, mas tanto Flacourt como o abade de Courtonne identificavam a região como próxima a Madagáscar. Como ressalta Perrone-Moisés (1992) o interesse do abade era pela evangelização dos selvagens destas terras e o de Flacourt era pelo comércio e colonização, comparando-se, neste caso, com as descobertas de espanhóis e portugueses, as quais rendiam muitos frutos econômicos para ambos os países ibéricos. A ideia de Flacourt era obter os mesmos lucros com terras inexploradas, tal qual Portugal e Espanha.

Em 1664 o memorando do abade de Courtonne foi publicado³ com uma dedicatória ao papa Alexandre VII, em que propõe missão evangelizadora às tais Terras Austrais, influenciado pela docilidade e amabilidade dos nativos, dos quais descendia. Também aqui não se afigura a América como sendo as Terras Austrais. Conforme Perrone-Moisés:

“Ora, o relato de Gonneville não poderia ser mais claro quanto ao fato de, não tendo conseguido dobrar o cabo da Boa Esperança, como desejava,

³ Perrone-Moisés (1992) cita o nome da obra de 216 páginas em francês *Mémoires touchant l'établissement d'une Mission chrestienne dans le Troisième Monde, autrement appelé la Terre Australe, Méridionale, Antartique & Inconnue* (Memorando que trata do estabelecimento de uma Missão cristã no Terceiro Mundo, também chamado de Terra Austral, Meridional, Antártica & Desconhecida).

ter sido obrigado a ‘voltar as costas à Índia Oriental’ e ter arribado nas Índias Meridionais. Acontece que o Abade não identifica essas Índias Meridionais com as Índias Ocidentais, mencionados depois por Gonneville, e seu estranho engano, ao afirmar que o Capitão contornou a África e foi para leste, sugere a descoberta de uma outra região bem distante da América: ‘Eles encontraram o que procuravam, isto é, uma grande Região, que sua *Relação* chama de *Índias Meridionais*, segundo o uso do tempo, que aplicava indiferentemente o nome de *Índias* a todos os países recentemente descobertos’.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 120).

O Abade de Courtonne pede a instalação de uma missão cristã com o intuito de evangelizar os índios daquelas terras, mas não informa a localização correta do lugar aonde Gonneville teria aportado, apenas imagina sua localização como abaixo do cabo da Boa Esperança, a leste da designada Terra dos Papagaios. Por esta época, 1634, Flacourt publica seu livro em que nomina a Terra Austral de Gonneville como o *País de Arosca*, conforme citado em Perrone-Moisés (1992).

Passados tantos anos, outro documento aparece por volta do início do século XX, creditado a um descendente em décimo grau dos Paulmier, baseado na genealogia que o abade de Courtonne teria escrito para o processo do imposto de ádvena e cujo “o autor do documento identifica a Terra de Gonneville com a Austrália, o que não é expresso na obra do Abade Paulmier, que fala de Terras Austrais ‘desconhecidas’.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 128).

Assim, vemos que existe uma grande distância entre as análises do texto da *Relação Autêntica de Viagem de Gonneville* feitas pelo geógrafo Armand d’Avezac e as considerações do próprio Abade de Courtonne e por Etienne de Flacourt, geógrafo e explorador, colonizador em Madagáscar. Brasil e Austrália, eis a grande controvérsia não desfeita até hoje pela falta de quaisquer vestígios ou documentos que possam atestar a veracidade das conclusões de D’Avezac ou o destino correto como Madagáscar.

2.9 AS DIVERGÊNCIAS CONTINUAM

Na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de julho/setembro de 2009, encontra-se descrita notícia que o jornal *Paris-Normandie*

publicara em 1993 a respeito da viagem de Gonneville, conforme citado por Fernando Lourenço Fernandes:

“Em 1993, o jornal *Paris-Normandie*, publicado em Rouen, estampou a notícia de que a viagem de Gonneville ao Brasil era apontada como fraude, tramoia construída pela má-fé de uns e pelo descaso da crítica histórica em acolher, sem as cautelas do exame rigoroso, a fantástica versão”. (FERNANDES, 2009, p. 41)

Segundo o jornal, o Abade de Courtonne teria inventado a viagem de Gonneville exclusivamente para obter do papa a autorização de implementar nas novas terras descobertas pelo normando e uma missão cristã de evangelização, que, na concepção do abade, seriam as imensas Terras Austrais existentes ao sul de África, entretanto, não logrou sucesso para sua iniciativa, tendo morrido em 1674 sem ter implantado a missão evangelizadora, conforme Fernandes (2009).

A busca pela terra de Gonneville prosseguiu durante muitos anos após a morte do Abade de Courtonne, sem, entretanto, ter sido encontrada a exata localização. Assim:

“As viagens que se seguiram no século XVIII, em busca do continente perdido, foram, como é lógico, em vão. A Austrália, onde os barcos franceses concluíam, o circuito dessa procura pelo “Terceiro Mundo”, chegou a ser cogitada como solução para o problema. Kerguelen, o navegador francês, ao fim da viagem de 1773-1774, desembarcou em Brest convencido de que Gonneville arribara em 1503 na ilha de Madagáscar, e o assunto das terras austrais, a partir daí, foi dado como definitivamente encerrado.” (FERNANDES, 2009, p. 43).

Com a descoberta da cópia integral da declaração de viagem de Gonneville em 1869 na Biblioteca do Arsenal, em Paris, prontamente enviada a Armand d’Avezac, o eminente geógrafo e historiador interessado desde a muito nas aventuras de Gonneville, a história tomou outros rumos, em que d’Avezac indicava o Brasil como a rota para o desembarque do capitão normando. Para tanto, considerava as indicações de Margry de 1847 sobre o assunto.

De fato, em 1869 d’Avezac publicara suas conclusões sobre o desembarque na costa brasileira, eliminando por completo qualquer indício referente as terras Austrais citadas pelo Abade de Courtonne e mesmo por Flacourt.

Em 1735 o bretão Jean-Baptista-Charles Bouvet de Lozier, oficial da Marinha, decidira-se a buscar as Terras Austrais ou País de Arosca, baseando-se em leitura atenta do livro do abade de Courtonne. Tendo convencido seus superiores da atratividade daquelas terras, parte em duas fragatas, *L’Aigle* e *La Marie*, em 19 de julho de 1738, com direção a Santa Catarina destacada como ponto de partida para a busca às tais Terras. Nada encontrou, conforme Perrone-Moisés:

“Depois de vagar por mais algum tempo naqueles mares gelados, o obstinado Bouvet subiu novamente, ‘com o objetivo de procurar a nordeste o lugar em que Gonneville abordou, e que sua relação diz estar em uma latitude igual à das províncias da França.’ (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 136).

Yves Joseph Kerguelén de Trémarec foi outro bretão que recebeu ordens para encontrar a Terra de Gonneville. Fez duas viagens autorizadas pela Marinha francesa para a descoberta das já fantásticas e inatingíveis Terras. Em 10 de abril de 1771 Trémarec partiu em sua primeira viagem de descoberta, acompanhado de um astrônomo que não via o menor sentido numa viagem com indicações tão vagas e inseguras como as deixadas por Gonneville. Neste sentido, é interessante tomarmos conhecimento do que pensava, conforme nos narra Perrone-Moisés:

“Aquela instrução estava baseada numa narrativa extremamente vaga, e a partir da qual era impossível, mesmo ao mais hábil navegador, estabelecer uma rota que permitisse esperar redescobrir o lugar procurado. Não se pode conhecer nenhuma dúvida razoável acerca da existência das terras encontradas pelo Capitão de Gonneville, mas é preciso convir que não é sobre informações tão vagas quanto as que ele deu que devemos nos basear, para buscar as pegadas de um navegador que não fixou nem a latitude, nem a longitude, nem mesmo a área de vento da rota que ele seguiu.” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 138-9).

É fácil perceber que as dúvidas sobre a localização da Terra de Gonneville, do País de Arosca, das Terras Austrais, ou qualquer outro nome que fosse dado ao local que Gonneville aportou, eram muito difíceis de esclarecer e, por consequência, de demarcar e assinalar nos mapas. As Terras Austrais ao sul do Cabo da Boa Esperança parecem nunca ter sido encontradas, pairando sempre a dúvida ... Brasil, Austrália, ou outra parte qualquer do mundo.

Nenhuma indicação concreta, nenhuma marcação para latitude e longitude, nenhuma referência a acidentes geográficos, nada que pudesse identificar o local. Expedições lançadas ao léu por franceses em busca destas terras nunca conseguiram indicar sua exata localização. Apenas observações e análises lançadas por Armand d’Avezac apontavam o Brasil, Santa Catarina, São Francisco do Sul como o local exato do desembarque de Binot Paulmier de Gonneville e os tripulantes da nau *L’Espoir* naquela região inóspita, habitada por índios tão pacíficos, prontos a colaborar com os franceses, quando em todo o restante da costa os silvícolas não passavam de antropófagos.

Trata-se de uma história fantástica, de uma lenda, de uma criação extraordinária do Abade de Courtonne. Nunca saberemos, pois as brumas da história encobrem as reais iniciativas de tão enigmática viagem além de não ser possível determinar a localização das terras em que Gonneville teria desembarcado.

3 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES

“Não é outro exemplo gritante, o resultado a que chega, de fato, a muito legítima preocupação das enquetes orais recentes? [...] Que vontade de memória elas testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores?” (NORA, 1993, p. 16).

No sentido de obter informações sobre o que se passa no imaginário da população local sobre o episódio Gonneville e as comemorações dos quinhentos anos em 2004, desloquei-me em março e maio de 2014 para São Francisco do Sul, com o intuito de entrevistar alguns moradores. A primeira tentativa foi bastante frustrante e não foi possível obter nenhum contato ou informação a respeito. Já em maio as portas se abriram para a realização das entrevistas com dez moradores locais.

As perguntas foram preparadas em conjunto com o professor orientador da monografia e visavam extrair dos entrevistados o sentimento a respeito do significado das comemorações, desde quando o nome Gonneville era citado, além de tentar identificar se já havia ou não algum movimento de restauração do episódio do desembarque anteriormente a 2004.

As seguintes perguntas foram aplicadas aos entrevistados em São Francisco do Sul:

- 1 – Na época de estudante a descoberta da cidade por Gonneville era estudada? Lembra de algum tópico a respeito?
- 2 – Antes dos 500 anos em 2004 haviam comemorações pelo aniversário de descoberta?
- 3 – Qual foi a primeira vez que ouviu falar em Gonneville?
- 4 – Acredita que a cidade realmente tenha sido descoberta por Gonneville?
- 5 – Quem descobriu/inventou a história de Gonneville e, por consequência, a comemoração dos 500 anos?
- 6 – Em 2004 esteve presente às comemorações dos 500 anos de descoberta da cidade?
- 7 – Qual foi a primeira lembrança ou menção sobre os 500 anos da cidade?

8 – Lembra ter lido algum material antes das comemorações sobre a descoberta da cidade? Quais?

9 – Acha correto usar Gonneville para comemorar o descobrimento de São Francisco?

Entre 11 e 12 de maio de 2014 entrevistei dez moradores de São Francisco do Sul, apresentando a cada um deles o questionário constituído de nove perguntas a respeito do conhecimento sobre Gonneville, as comemorações dos quinhentos anos de descobrimento da cidade em 2004 e assuntos relacionados.

Por meio de indicação de servidora da Secretaria Municipal de Turismo, entabulei contatos com a diretora do Museu do Mar, que prontamente encaminhou-me para entrevistar moradores de São Francisco do Sul que exerciam atividades no próprio Museu do Mar. Além disso, os encaminhamentos permitiram entrevistar servidores do Museu Histórico de São Francisco do Sul, da Biblioteca Municipal, da Fundação Cultural da cidade, além de antigo integrante do Instituto Binot Paulmier de Gonneville São Francisco do Sul 500 anos.

Mesmo tendo obtido permissão para a publicação da transcrição das entrevistas, optei por assegurar a privacidade dos entrevistados, referindo-me aos mesmos de forma genérica, como “Entrevistado 1”, por exemplo, em vez de citar o nome real, preservando-os de qualquer problema.

As respostas possibilitaram perceber que havia concentração quanto a época de frequência à escola por parte dos entrevistados na década de 1980, importante para detectar desde quando o assunto Gonneville era tratado oficial e formalmente nos currículos escolares da cidade, sempre considerando as informações prestadas pelos entrevistados.

Verifica-se, pelo teor das respostas, que na década de oitenta a história de Gonneville e do índio Essomericq era, no mínimo, comentada nas escolas, principalmente pela realização de trabalhos e pesquisas, entretanto, na década anterior, anos setenta, parece não ter existido menção nos livros escolares ao normando e sua aventura, de acordo com o ponto de vista dos entrevistados.

No sentido da formalização é prudente considerar a inclusão da história do descobrimento por Gonneville, juntamente com Essomericq, o índio carijó levado para a Europa no retorno do francês, nos currículos das escolas da região, conforme relatos obtidos nas entrevistas com moradores locais, uma vez que já tinham ouvido falar do

navegante francês desde os bancos escolares: “Eu lembro que eu estudava terceiro ano primário, dona Maria dava alguma coisa pra gente, principalmente na época em que a gente tinha História, matéria de História, né.” (Entrevistado nº 1).

Essa formalização por meio dos currículos suporta, também, a repetição do fato, inculcando-o na memória da população. Tal memória poderá vir a tona em variadas ocasiões, contribuindo para a disseminação do fato, seja por meio de conversas entre amigos e familiares, seja por produção de textos, notícias ou propagandas com interesses em desenvolver turisticamente a região, ou até como forma de atrair novas atividades produtivas e investimentos.

O suporte a memória, cuja origem se dá no aprendizado formal na escola, reforça-se no conteúdo de livros que discorrem sobre o assunto tais como a viagem e o desembarque propriamente ditos, assim como os acontecimentos envolvendo os supostos índios carijós, por exemplo. Mas, mesmo que a produção literária não fosse suficientemente capaz de atuar como reforço à memória, a tradição oral supriria em parte este papel. Ainda assim, longe destas estruturas formais de educação, ensino e leitura, a constituição de uma tradição, a invenção de um mito, podem estar desvinculados de provas documentais, conforme Carvalho propõe: “A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios.” (CARVALHO, 1990, p. 58).

Se os anos 1970 não presenciaram o ensino de Gonneville como o descobridor de São Francisco, no âmbito da iniciativa formal, oficial, institucionalizada, a década de 90 foi mais pródiga em divulgar o fato por outros meios, além dos currículos escolares. Muito provavelmente essa divulgação se deu por meio de material impresso advindo de entidades culturais, como a secretaria de cultura do município, conforme se deduz pela leitura da transcrição das entrevistas.

No desenrolar das entrevistas, pode-se observar que houve sobreposição de fatos no pensamento dos moradores entre dois eventos patrocinados pela Prefeitura. Primeiramente, a emancipação política do município, ocorrida em 15 de abril de 1847 e comemorado já há alguns anos com a “Festilha – Festa das Tradições da Ilha” com apresentações culturais, *shows* musicais e consumação de pratos da culinária local. Em segundo lugar, em 2004, as comemorações dos quinhentos anos de descobrimento. Apesar dos quinhentos anos terem sido comemorados apenas uma única vez, em 2004 no mês de janeiro, alguns moradores confundiram as duas datas. Achavam que a festa dos

quinhentos anos era a festa da emancipação, a “Festilha”, aliás, evento bastante comentado por alguns entrevistados.

Isso atesta, em parte, a sensação de que o descobrimento de São Francisco por Binot Paulmier de Gonneville e, mais ainda, toda a história sobre Essomericq ou Iça-Mirim, não foram fatos amplamente divulgados, de tal forma que pudessem ser lembrados como acontecimentos comemorados em anos anteriores a 2004. Reforça a tese de que a “Festilha”, sim, é um evento bastante procurado, comentado e conhecido pelos habitantes e, talvez por isso, conte com lugar garantido no imaginário popular de São Francisco do Sul como a maior festa ou comemoração, por isto, considerado como a verdadeira tradição da Ilha de São Francisco.

Nessa linha, vejamos como foi divulgada pela Prefeitura da cidade a última edição da Festa, ocorrida em abril/2014:

“No último fim de semana de abril, dias 25, 26 e 27, o Centro Histórico de São Francisco do Sul vai virar um verdadeiro palco de manifestações culturais, gastronomia, música e diversão. A Festilha – Festa das Tradições da Ilha – que está em sua 26ª edição, marca o aniversário de 167 anos de elevação de São Francisco do Sul à categoria de cidade, apesar de o município já contar com 510 anos de descobrimento. Uma homenagem cívica está marcada para o dia 15 de abril, data do aniversário, na Praça Getúlio Vargas, às 8 horas.” (Fonte: Prefeitura de São Francisco do Sul).⁴

Dessa forma, verificamos que o esforço para alçar Gonneville e o episódio do descobrimento da região a um grau de importância capaz de figurar na memória coletiva da cidade, revestiu-se de grandes esforços a partir da organização das comemorações, festividades e demais eventos, engendrada pelo Instituto Binot Paulmier de Gonneville São Francisco do Sul 500 Anos.

Ao perpassar as gerações de francisquenses, podemos inferir que desde o início do século XX com a obra de Boiteux, a memória do desenvolvimento da ilha sofreu e sofre marchas e contramarchas, já que a menção da viagem e da descoberta do francês flutuam

⁴ Nota sobre a Festilha vinculada no sítio eletrônico da Prefeitura de São Francisco do Sul. Ressalte-se a afirmação contida na nota sobre os mais de quinhentos anos da cidade “apesar de o município já contar com 510 anos de descobrimento”. Disponível em <<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/1339>>. Acesso em 27 Set. 2014.

nos livros e nos currículos com maior ou menor intensidade, de acordo com processos, talvez políticos, talvez econômicos ou culturais, que não cabe a este estudo se aprofundar.

Entretanto, é importante considerar que a memória, em constante mutação, transforma, consolida, rompe ou reconstrói o fato, o episódio. Se a descoberta é real e autêntica, não importa, porque o mais importante é a emersão do acontecimento em vários momentos no decorrer da história da cidade e que se institucionaliza a partir das comemorações de quinhentos anos do descobrimento em 2004.

E se a memória emerge e submerge frente a tantas e incontáveis situações, é porque ela é viva, como bem assevera Nora:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.” (NORA, 1993, p. 9).

Não é de outra maneira que Le Goff parece compartilhar da dialética sugerida por Nora, pois salienta que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. (Le GOFF, 1990, p. 426).

Para a ocorrência de um ou outro processo – lembrança/esquecimento - é necessário um fato gerador, sem o qual não será possível identificá-lo, que em nosso caso, caracteriza-se pelas comemorações dos quinhentos anos.

A permanente evolução da memória e o binômio lembrança-esquecimento são avivados ou enterrados pelas ações que se desenrolam no presente. Determinado acontecimento contemporâneo pode fazer emergir na memória de grupos ou populações, o impacto do passado. Neste sentido, projetos de instalação de uma companhia francesa nos arredores de São Francisco do Sul em época próxima ao aniversário dos supostos quinhentos anos, podem ter sido uma das causas motoras para o aumento do interesse sobre Gonneville, os índios carijós e todas as peripécias associadas a aventura, conforme o pensamento de um dos entrevistados para o qual “existem pessoas que dizem que esta

história do francês mesmo foi reavivada na época da chegada da Arcelor Mittal ⁵ aqui ...” (entrevistado 8).

É significativo que a empresa francesa, à época das comemorações denominada Vega do Sul, tenha estabelecido contrato de prestação de serviços com grupo teatral para patrocínio de montagem de uma peça de teatro baseada na história da cidade, a pedido do Instituto Gonnevillle, de acordo com artigo de autoria de Clarice Steil Siewert ⁶:

“A cidade de São Francisco do Sul completou 500 anos no ano de 2004. Na ocasião dessa comemoração, o Instituto Binot de Goneville (responsável pelas comemorações) solicitou a montagem de uma peça teatral baseada na história dessa cidade. Dessa forma, com o patrocínio da empresa Vega do Sul, a Dionísios Teatro estabeleceu com a mesma um contrato de prestação de serviço.”

Este constante movimento da memória é o que modificará a constituição dos fatos do passado, pois que vão se agregando novas leituras, desenvolvendo-se outras percepções do mesmo episódio que, ao final, serão assimilados pela memória coletiva como recordações de fatos autênticos.

Nessas condições, e mesmo que a instalação da empresa francesa tenha sido efetivamente a origem do reavivamento sobre a descoberta, há que se considerar a ligação do presente e o panorama construído para dar suporte a teoria com o evento descrito na História para caracterizá-lo como a principal motivação para os festejos de 2004. A pergunta que se faz é: qual o motivo pelo qual houve a comemoração dos quinhentos anos? Unicamente pela descoberta de São Francisco do Sul por Gonnevillle ou outros motivos subjacentes poderiam ter contribuído para a criação dos festejos?

⁵ Refere-se a empresa Vega do Sul do grupo Arcelor-Mittal. São Francisco do Sul foi escolhida como base da unidade industrial devido à localização estratégica em relação às montadoras do Sul e Sudeste do país e do Mercosul, e à proximidade ao porto de São Francisco do Sul, ferrovia e rodovia. A inauguração oficial foi em 27 de abril de 2004 e fez parte das comemorações dos 500 anos de descobrimento de São Francisco do Sul. Disponível em <<http://www.vegadosul.com.br/empresa/empresa.asp>>. Acesso em 27 mai.2014.

⁶ Artigo disponível na página da internet da Dionísios Teatro de Joinville sem data de publicação. Disponível em <<http://www.dionisosteatro.com.br/wp-content/uploads/2011/09/Artigo-Contando-a-istoria-de-São-Francisco-do-Sul-Clarice.pdf>>. Acesso em 01 Jun. 2014.

Nosso entrevistado de número 8 apresenta outro motivo para a organização dos festejos naquele ano de 2004, conforme sua percepção sobre o momento político da época⁷:

“É, isso é como eu te falei, a primeira vez que eu ouvi, assim, a menção de fazer um projeto específico dentro da própria Prefeitura foi na época dos 500 anos do Brasil, que já tinham conversas informais, né, não em mil, dois mil mesmo, mas em 2002, 2003. Um ano, um ano antes dos 500 anos de descoberta de São Francisco já tinham ideia de se fazer uma grande, uma grande festa até entre aspas, porque, se não me engano, aquele era 2004, era ano de eleição de novo e tinha possibilidade do prefeito da época se reeleger e nada mais interessante do que você comemorar os 500 anos da cidade neste clima, cria todo aquele clima, aquela situação.”

Em 2000 Odilon Ferreira de Oliveira se elegera para a Prefeitura com 10829 votos nominais, representando 57,789 % dos votos válidos. Nas eleições seguintes, em 2004, o prefeito Odilon se reelegeu com 11516 votos, correspondentes a 50,268% dos votos válidos, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, disponíveis no sítio eletrônico do órgão, conforme nota de rodapé número 7.

Como a intenção de organizar comemorações para um evento do porte dos quinhentos anos é uma ideia que necessita amadurecimento, percebemos, pelo conteúdo das entrevistas, que o Executivo Municipal já vinha se preparando para tais festejos e solenidades, bem antes de 2004.

Mesmo que para alguns moradores não fosse possível especificar ou identificar de forma clara de quem fora a ideia inicial das comemorações, havia certo sentimento de que os festejos seriam oportunos para realizar algum tipo de propaganda ou promoção, conforme um de nossos entrevistados comenta, quando indagado sobre a origem dos festejos:

Entrevistado 3: “Quem inventou específica a história (da descoberta e das comemorações), não, mas eu sei que o [...] foi muito proveitosa para alguns, saiu muita coisa, era muita publicação, era muita verba, era muito [...] foi bom pra vender, uma boa propaganda”.

⁷ De fato, o prefeito anterior se reelegeu em 2004 com 11.516 votos representando 50,2 % de votos válidos. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>>. Acesso em 23 Set. 2014.

Entrevistados associam a ideia original das comemorações ao gestor da época, anterior a 2004, prefeito Odilon Ferreira de Oliveira e, ainda, com o Instituto Gonneville:

Entrevistado 4: “Olha, que eu me lembre foi, foi, como se diz, como se fala [...], fizeram uma instituição, né, o Instituto, é, pra realmente pra fazer esta festa em comemoração aos 500 anos de São Francisco. O Instituto Gonneville”.

É importante ressaltar esta lembrança, pois que o Instituto Gonneville foi criado pela Prefeitura da cidade para organizar as comemorações, recebendo verbas públicas para sua instalação e manutenção. Neste aspecto, não é possível desconsiderar a importância do poder público como agente indutor e responsável por incutir fatos e histórias no imaginário coletivo de partes específicas de moradores da cidade, como por exemplo, daqueles moradores que participaram das comemorações dos 500 anos, criando relações que possibilitem um certo padrão de conhecimento sobre aquilo que se quer dar a conhecer e fixar, conforme melhor se apresente para seus objetivos. Tal concepção é extraída a partir de comentários de alguns dos entrevistados, não podendo ser generalizada e considerada para a população total da cidade.

Considerando, ainda, o idealizador da ideia das comemorações pelos quinhentos anos da cidade, faz-se necessário citar o que nos foi apresentado em uma das entrevistas:

Entrevistado 9: “Olha, eu acredito que, eu não tenho comprovação, mas quem teve esta ideia foi o Dauro Stazak. O Dauro Stazak, ele sempre foi um estudioso da cidade, sempre [choro], desculpe! Foi uma pessoa, assim, que sempre gostou muito de São Francisco e não viu isso aí, né? Acabou falecendo, mas foi uma pessoa que eu acredito que a ideia, tanto que ele me falava que na criação do Instituto, que ele não chegou a ver, é, dizia ... sempre dizia: Ah, nós vamos precisar de ti no Instituto, não sei o que ... Mas ele foi embora antes ...”.

Na narrativa emocionada do entrevistado, ele atribui a Dauro Stazak a ideia original para as comemorações em São Francisco do Sul, apesar de não poder confirmar a informação. Dauro Stazak criou a Fundação Municipal de Esportes, o Conselho

Municipal de Turismo e a bandeira que hoje representa o município, além de ter sido vereador por várias legislaturas. Nomeado por portaria do Prefeito Odilon Ferreira de Oliveira, desempenhou as funções de Diretor de Cultura e Presidente da Fundação Cultural de São Francisco do Sul no período de 01 de janeiro de 2001 a 17 de fevereiro de 2001 quando faleceu.⁸

Outro aspecto captado nas entrevistas, citado por moradores, situa a proximidade das comemorações de quinhentos anos do descobrimento do Brasil como elemento incentivador da festa de descobrimento de São Francisco do Sul. Três dos entrevistados citam esta referência:

Entrevistado 3: “Vou te falar quando começou a questão dos 500 anos nacional e mais depois, é daí depois, 4 anos depois, veio a nossa aqui.”

Entrevistado 6: Acho que ali perto da época que o Brasil também fez 500 anos, né, porque é, a gente, o Brasil foi em 1500 e São Chico foi em 1504, então, me lembro que tinha essa proximidade”.

Entrevistado 8: “Ah, dos 500? A dos 500 anos, essa ideia começou, que eu me lembre, em função dos 500 anos do Brasil, que foi quatro anos antes, então, houve todo aquele aquecimento, ah ... existia aqui o Instituto, é, o Instituto 500 Anos, né”.

Essa proximidade notada pelos entrevistados com relação aos dois eventos, é esclarecedora dos motivos que levaram à criação do Instituto Gonville para organizar a comemoração. O decreto municipal de fundação do Instituto é datado de 22 de janeiro de 2002, garantindo dois anos de trabalhos em prol da realização de um grande acontecimento para a cidade, com condições de fixar o dístico de terceira cidade histórica mais antiga do Brasil, não só, principalmente, nas mentes da população, ou melhor, em grupos determinados de moradores, haja vista as respostas dadas ao questionário, embasando ainda mais o imaginário coletivo sobre o descobrimento e a antiguidade da

⁸ “Dauro Stazak tinha 66 anos. Profundo conhecedor da história da cidade, ele assumiu diversos cargos públicos, além de ser um dos fundadores do MDB, atual PMDB, no município. Vereador por 21 anos em diversas legislaturas, chegou a disputar o cargo de prefeito por duas vezes. Dauro também criou a Fundação Municipal de Esportes, o Conselho Municipal de Turismo e a bandeira que hoje representa o município. Ele foi presidente do Museu Nacional do Mar, do Clube Náutico Cruzeiro do Sul e professor de educação física e técnicas comerciais. “É uma perda irreparável para a cultura de São Francisco. A morte de Dauro é uma lacuna que vai levar muito tempo para ser preenchida”, afirma o prefeito Odilon Ferreira de Oliveira”. Disponível em <<http://www1.an.com.br/2001/fev/18/0pai.htm>>. Acesso em 27 Set. 2014.

cidade, mas também visando aumentar a atratividade turística da região, no sentido da divulgação do episódio como mais um ponto a favor da visita da cidade.

A lembrança dos moradores entrevistados sobre a associação entre as duas comemorações é um forte indício de que estava ocorrendo um processo de inculcação da data de 05 de janeiro como marco, como ponto fundamental na divisão da história franciscana. O nome de Gonnevillle passa a ter cada vez mais reverberação e projeção na memória e na lembrança dos entrevistados. Antes de 2004 poucas vezes o nome do normando aparece na memória espontânea dos habitantes, conforme as entrevistas sinalizam. É sintomático que apenas nos currículos escolares e livros didáticos Gonnevillle, Essomericq e a saga integral do capitão normando aflore, entre provas, testes e trabalhos de pesquisas dos alunos.

Outro dos entrevistados é categórico em sua afirmação quanto a inexistência de qualquer comemoração anterior e mesmo posterior a 2004:

Entrevistado 9: “Ah, foi, foi, na verdade, São Francisco, assim, tipo, tem duas datas: a de descobrimento, que é janeiro, né. E a de emancipação política, né, que é a de fundação, né, do município mesmo, que é abril. A de janeiro, na verdade, nunca foi comemorada, houve essa comemoração em 2004 e só. Então, 5 de janeiro de 2004, foi, foram completados 500 anos, foi feita uma comemoração, antes não foi feito nada e após, também não foi feito mais nada.”

A bem engendrada ação do Instituto Gonnevillle, chancelada pela Prefeitura e, neste caso, pelo próprio apoio ao projeto, encabeçado diretamente pelo prefeito, pode demonstrar que a força política emanada do poder público contribui de forma contundente para a recomendação e, posteriormente, da assimilação de um evento pela memória coletiva. 5 de janeiro de 2004 passa a constar como data festiva no calendário da Prefeitura, os moradores entrevistados conhecem a história em maior ou menor extensão, do descobrimento, do índio Içá-Mirim/Essomericq/Binot e, obtém-se, assim, a legitimação de acontecimento histórico sem comprovação – Binot Paulmier de Gonnevillle desembarca da nau *L'Espoir* em São Francisco do Sul, sendo considerado o descobridor de uma cidade ainda não existente.

A comemoração dos quinhentos anos cumpre seu papel de agregadora social, aparentemente unindo num misto de ufanismo e orgulho, a alegria da festa e seu sentido

histórico, confirmando ou até legitimando o episódio da descoberta. Se a Prefeitura da cidade ou algum órgão ou entidade por ela legitimado e confirmado, organiza festejos e comemorações para um evento que ainda carece de comprovação documental, parece-nos razoável crer que é uma situação característica de introjeção, de inculcação na memória de uma coletividade, ou pelo menos no pequeno grupo de dez moradores entrevistados. A chancela da Prefeitura para as comemorações de descobrimento parecem determinar que, a partir de agora, elas sejam vistas como oficiais, legais e tradicionais. A população tende a aceitar a data de 5 de janeiro como verdadeira, pois que, oficialmente, a Prefeitura, com seu poder de persuasão, a ratifica.

Nesse sentido, entendemos como a confirmação da classificação, demarcadas por Hobsbawm, para quem as tradições inventadas constituem-se em três categorias:

“Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.” (HOBSBAWM, 1997, p. 17).

Para Hobsbawm, as categorias b) e c) são acessórias da categoria a), que parece ser a que mais se firmou desde a Revolução Industrial para a criação das tradições. Se é assim, no caso da tradição da descoberta de São Francisco do Sul, a característica mais forte é a das duas categorias acessórias, já que buscaram-se legitimar instituições, na figura do Instituto Gonneville, por exemplo, e da própria Prefeitura, assim como reforça-se a pressão para inculcar a ideia no imaginário coletivo. De qualquer forma, acessórias e principal levam ao mesmo sentido de coesão social para a comunidade, porquanto a existência de símbolos, comemorações e festas participam ativamente para construir esta coesão ao unirem num provável mesmo sentimento os integrantes da população da cidade, ou, no mínimo, dos moradores que participaram, pois terão pontos de contato muito mais em comum do que antes da criação do evento.

Quando existem memórias comuns elas reforçam o sentimento de pertencimento, de inclusão do indivíduo a uma comunidade, a um determinado grupo social, distinto e

característico, o que redundava em aprofundamento dos laços que forjam a maior coesão social.

Novamente Hobsbawm traz à tona o fator coesão social, juntamente com a apropriação da História na criação de tradições inventadas:

“Em segundo lugar, o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.” (HOBSBAWM, 1997, p. 21).

São Francisco do Sul soube claramente aproveitar o episódio não comprovado do desembarque de Gonneville na região para associá-lo ao descobrimento da cidade. Apesar das controvérsias e negativas sobre a autenticidade do desembarque, o fato está registrado em diversas obras acadêmicas e não acadêmicas em âmbito não circunscrito somente ao Brasil, uma vez que a história se estende da França à Austrália. São muitos os livros e teses sobre o assunto que garantem o teor histórico para a viagem de *L'Espoir*, mas sem conseguir fixar exatamente o lugar de desembarque do normando por falta de comprovação.

4 TRADIÇÕES INVENTADAS

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Em 13 de março de 2002 na sede da Prefeitura de São Francisco do Sul foi empossada a primeira diretoria do Instituto Binot Paulmier de Gonneville São Francisco do Sul 500 Anos, constituído como associação civil, sem finalidade lucrativa, religiosa e política, criado para a preparação de eventos relativos à comemoração dos quinhentos anos da cidade, agindo e interagindo no sentido de organizar, programar e coordenar os eventos alusivos a data, além de estar autorizado a celebrar convênios com quaisquer instituições.⁹

O Instituto nasceu a partir da nomeação de membros da comunidade para compor a comissão organizadora dos festejos dos quinhentos anos de descobrimento de São Francisco do Sul, por meio do Decreto 103 de 22 de janeiro de 2002. Esta comissão será a mesma que se reunirá em 13 de março para a criação formal do Instituto.

A Lei Ordinária 32 de 26 de julho de 2001 de São Francisco do Sul, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2002, diz em seu artigo 21:

”o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes no Anexo I desta lei” que menciona no título “Coordenadoria de Planejamento”, item XVII. Estudo, projeto e execução do Instituto dos 500 anos”.

Além desta lei, outras leis ordinárias do município foram sancionadas, como a 124/2002, que declara de utilidade pública o Instituto e aquelas que tratam da autorização

⁹ Termos que constam da ata da Assembleia de fundação, aprovação do estatuto, e eleição da primeira diretoria do Instituto de 13 de março de 2002. Partes da ata foram fotografadas em maio de 2014, por ocasião das entrevistas realizadas em São Francisco do Sul pelo autor.

para formar convênio da Prefeitura com o Instituto com a finalidade de repassar recursos para sua manutenção.

As atividades precípuas do Instituto, oficializadas em seu Estatuto, deixam claro que a organização, programação e coordenação dos festejos alusivos aos quinhentos anos de descobrimento da cidade cabem ao Instituto. As leis e decretos municipais não só confirmam como legitimam tais funções. Só este leque de documentação oficial é suficiente para garantir a legalidade da atuação e, como a publicidade é um dos princípios constitucionais que norteiam os entes públicos no Brasil, no sentido de divulgar, de tornar pública as ações destes mesmos entes, consideramos que, se há publicidade, é porque os atos devem ser registrados para depois serem exibidos e divulgados adequadamente.

É no sentido do registro do ato que embaso-me em Hobsbawm (1997, 12) quando expõe sua concepção sobre como identificar a origem de uma tradição inventada: “Talvez seja mais fácil determinar a origem do processo no caso de cerimônias oficialmente instituídas e planejadas, uma vez que provavelmente eles estarão bem documentados... “.

Não só as leis e decretos, mas toda a documentação advinda de jornais, livros e revistas sobre os quinhentos anos, além de outros documentos gerados dentro do próprio Instituto, parecem confirmar, de maneira enfática, que somente a partir de 2004 a história do desembarque do normando e a descoberta de São Francisco do Sul por ele, se tornará uma história mais presente e comentada pela população que participou nos festejos, comemorações e eventos realizados para a consagração da data. Os festejos catalisarão para a memória coletiva o fato histórico, envolto em dúvidas e contradições, sem comprovação cabal, de que Gonneville foi o descobridor do lugar.

Ora, mais uma vez como agentes catalisador e indutor, a Prefeitura da cidade e o Instituto, tomam para si a tarefa de doutrinação e reforço da tese do descobrimento por Gonneville, oficializando uma data e uma festa que passa a constar do calendário de eventos do município.

Salienta-se que o Instituto mantém guardados documentos, publicações e demais materiais impressos, mesmo não existindo mais oficialmente, apesar de uma consulta realizada ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas apontar seu número de registro como ativo. O legado do que foi gerado para organizar e coordenar as comemorações de quinhentos anos atesta o esforço em prol da construção de um mito e sua consolidação a partir de 2004 – o mito do descobrimento de São Francisco do Sul.

O Instituto Binot Paulmier de Gonneville São Francisco do Sul 500 Anos, juntamente com o poder público municipal, foram os indutores do processo de

disseminação e difusão do episódio na mente e na memória coletiva daqueles grupos de moradores que participaram de maneira mais efetiva nas comemorações, a lembrança de Gonneville e de sua epopeia, às vezes mais esquecido, outras vezes mais lembrado conforme o momento e a esfera política, econômica e cultural vividos pela cidade. Nas palavras de um dos moradores entrevistados, fica claro que no ano das comemorações todo o contexto da descoberta por Gonneville transforma-se em “uma questão massificada a partir de 2004” (Entrevistado 3, pergunta 7).

Agir ao nível do imaginário, criando condições exteriores que confirmem os fatos do passado, elevados à categoria de mito de origem da cidade de São Francisco do Sul, foi o que permeou todas as atividades comemorativas em louvor ao normando e sua tripulação, muito mais a ele, Gonneville, do que a tripulação de *L'Espoir*, propriamente dita.

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho crê que por meio do imaginário de uma população, seu coração pode ser tocado para legitimar acontecimentos:

“A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo.” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Ao conduzir as comemorações, ao selecionar formas de expressão e manifestação das atividades que constariam dos eventos organizados e preparados, o Instituto ousou formalizar nos festejos e solenidades um desembarque francês na região da cidade, ainda hoje não confirmado como autêntico. Entretanto, a partir de 2004 todo o aparato comemorativo parece ter forjado a confirmação do mito, a corroboração de uma tradição inventada que começou a desenhar-se em 1847 com a análise do geógrafo francês Armand d'Avezac sobre a relação autêntica de viagem de Gonneville.

Assim, Hobsbawm diz: “Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição (HOBSBAWM, 1997, p. 12)”.

Ora, as comemorações que se estenderam do final do ano de 2003 ao final do ano de 2004 demonstram a formalização do fato, ainda que sem provas contundentes –

Gonneville desembarcou na região de São Francisco do Sul – mas que, ao repetir-se nos tantos eventos organizados, incutiu nos habitantes, ao menos naqueles que participaram das atividades, uma forte sensação de que o normando e sua tripulação descobriram a região em 1504. Quanto mais a história do desembarque e descobrimento é introduzida nos diversos meios de divulgação disponíveis ao poder político, mais ela é aceita como verdadeira pelas pessoas que vivem na comunidade afetada.

“Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.” (HOBSBAWM, 1997, p. 10).

A chancela do Instituto aos eventos, muito provavelmente identificado com o poder público municipal, que garantiria ainda mais a legitimação, pode ter significado a formalização esperada pelos moradores que assistiram e participaram dos eventos, e anotada por Hobsbawm no aspecto de caracterizar o episódio do passado como o mito de origem da cidade.

Além disso, deve ser levada em conta, a par desta vertente de chancela do Instituto, o que Pierre Nora nos oferece como auxílio para desvendar o porquê da necessidade das comemorações:

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993, p. 13).

Claramente é perceptível o papel que as festas e as comemorações exercem sobre a definição de lugares de memória, como Nora exemplifica. São Francisco do Sul não foge à regra e a comemoração dos quinhentos anos continua a ser lembrada em vários níveis de memória do grupo entrevistado. E, de maneira semelhante, outra forma de alçar a níveis mais elevados na memória coletiva a fixação dos episódios que se quer destacar é a utilização de monumentos pertinentes ao evento. Le Goff deixa transparente a questão:

A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturam e que espera os seus historiadores”. (Le GOFF, 1990, p. 465).

Esta “nova vaga” reflete-se em 2004 em São Francisco do Sul: monumentos alusivos às comemorações dos quinhentos anos são inaugurados às margens da Babitonga, carimbos postais são postos em circulação, estabelecimentos comerciais são batizados com o nome do normando. Talvez, ruas tenham tido seus nomes associados ao de Gonneville, atestando a credibilidade das palavras de Le Goff.

5 CONCLUSÃO

O episódio do desembarque e do descobrimento por Binot Paulmier de Gonneville flutuam e circulam entre a população de São Francisco do Sul, no decorrer dos anos, com maior ou menor intensidade, seja pela utilização do tema nos currículos escolares, e a divulgação esporádica praticada nos meios de comunicação, seja pelo trabalho dos órgãos de cunho cultural como Fundação e Secretaria de Cultura, conforme se depreende das entrevistas realizadas.

A comemoração mais costumeira da cidade e que assume papel de “tradição” é aquela desenvolvida em virtude da emancipação política do município ocorrida em 15 de abril de 1847. Tanto é assim que a “Festa das Tradições da Ilha – Festilha” é assunto recorrente entre os moradores entrevistados, de tal forma que as comemorações de quinhentos anos frequentemente estão imbricadas com o contexto da emancipação, confundindo-se com esta, significativamente a partir de 2004, daí a constituição de um marco. Na memória de um ou outro entrevistado a comemoração dos 500 anos é confundida, mas logo em seguida se dão conta de que a festividade principal ocorreu em janeiro de 2004 e não em abril, época da emancipação do município.

O ano de 2004 assume caráter de referência, um marco na história da cidade, ao institucionalizar a versão de que São Francisco do Sul foi descoberta por Gonneville. A Prefeitura da cidade, ao sacramentar o Instituto Binot Paulmier de Gonneville São Francisco do Sul 500 anos como o responsável pela organização das comemorações, também oficializa e chancela o conhecimento histórico, sem comprovação da descoberta, mesmo não havendo nenhum resquício ou vestígio do desembarque, mesmo não havendo a criação de nenhuma cidade, vilarejo ou ajuntamento humano nos moldes de sítios arqueológicos da região, deixados pela tripulação do *L'Espoir*, com exceção de eventuais vestígios da provável tribo de carijós, caso se comprovem sua utilização pelos integrantes desta tribo, nos sambaquis dos arredores da cidade.

O orgulho da cidade e de seus moradores em caracterizarem-se como a terceira cidade histórica mais antiga do Brasil, permeia o senso comum de seus habitantes, observado no grupo de entrevistados, pela disseminação do episódio de desembarque e descoberta, e se dá por meio de alguns fatores:

- publicação do assunto em livros didáticos para utilização nas escolas da região. Em 2004 foram distribuídos cerca de cinco mil exemplares nas escolas municipais do livro didático “Percorrendo Nossa Ilha” que narra o episódio de Gonneville e os índios carijó, escrito especialmente para a ocasião e financiado pela Prefeitura de São Francisco do Sul.

- publicação de livros comerciais, incluindo-se os acadêmicos. Em 2004 foram publicados dois títulos sobre o episódio: “São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville”, em edição bilíngue português e francês, pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da prefeitura da cidade e do Instituto Binot Paulmier de Gonneville e “São Francisco do Sul: construções históricas”, edição em português, inglês e francês pelo Instituto Gonneville.

- matérias em jornais e revistas impressas. As comemorações obtiveram divulgação na mídia regional e nacional, como comprovam alguns recortes de jornais obtidos com um dos entrevistados.

- matérias preparadas por estações de televisão. Existe ainda hoje disponível em You Tube pequeno programa pelas comemorações dos quinhentos anos preparado por rede de televisão regional.

- denominação de ruas e estabelecimentos comerciais com o nome do normando. Existe uma rua com o nome do normando e, com certeza, um estabelecimento comercial com este nome também.

- assunto tratado pelos diversos mecanismos de comunicação próprios da internet. Sítios de entrevistas e assuntos gerais, apresentam, ainda, diversas entrevistas e reportagens sobre as comemorações, destacando-se a entrevista com o presidente do Instituto Gonneville e a do secretário municipal de turismo.

- formas de coerção social exercidas pelo poder político dominante. Passa pela utilização de livros didáticos escritos a partir do episódio do descobrimento, a inclusão da data no calendário oficial da cidade, a colocação de monumentos alusivos às comemorações em lugares amplamente visitados pela população, além de repasse de verbas públicas para financiamento dos festejos e de eventos ligados a data.

Pela repetição o episódio do desembarque passa a constituir-se como autêntico. Repetição que se dará pela transmissão da informação pelos livros, pelos jornais, revistas, artigos, currículos escolares, e mesmo nas conversas entre os moradores. Assim, lentamente a percepção do episódio como verdadeiro adentra as mentes e os corações dos

habitantes da cidade. A lembrança das comemorações pelos quinhentos anos se dá conforme as próprias experiências, vivências e apreensão dos fatos.

Significativamente, as entrevistas realizadas foram capazes de captar algumas dimensões ou aspectos identificados pelos próprios moradores com relação às comemorações de 2004. São sete aspectos essenciais e um último que se depreende dos demais:

- a) Influência da escola e seus currículos;
- b) Imbricação das comemorações (emancipação versus descobrimento);
- c) Econômicos;
- d) Políticos;
- e) Interesses diversos;
- f) 500 anos do descobrimento do Brasil;
- g) Crescimento turístico e
- h) Criação do mito.

A visão dos moradores entrevistados se completa com as características descritas por Hobsbawm sobre invenção das tradições:

a) a princípio, as comemorações dos quinhentos anos propuseram a legitimação e aceitação do desembarque de Gonville em São Francisco do Sul como autêntico e verdadeiro. A repetição da descrição do episódio – desembarque, contato com os índios, retorno – a partir de 2004, seja na mídia, seja nos currículos escolares, seja na apropriação da data pela Prefeitura em seu calendário oficial, parece um poderoso mecanismo de disseminação nas mentes e nos corações de grupos de moradores de um fato não confirmado mas transformado em autêntico. Embasamento encontra-se em Hobsbawm, página 9:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

b) o episódio do desembarque de Gonville, a ida de Içá-Mirim para a França, seu casamento com a parenta do capitão, sua prole e descendência, e mais o convite para

Honfleur e São Francisco do Sul tornarem-se cidades irmãs, podem caracterizar a continuidade histórica requerida para a criação de tradição inventada. Os laços reais ou imaginários entre as duas cidades se dão com base no mito comum entre ambas: o mito Gonville: lá, grande aventureiro e navegador, aqui, o grande descobridor. Busquei em Hobsbawm, página 10, a base para entender a continuidade.

Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial”.

c) a formalidade reveste-se de papel mais forte quando representada pelo aspecto de um ente público, neste caso a Prefeitura, em assumir categoricamente o episódio do descobrimento como autêntico, mesmo não existindo comprovação, chegando ao ponto de, praticamente, oficializar o fato, ao incorporar ao calendário de eventos da cidade os festejos pelo descobrimento. A ritualização do episódio é meramente a repetição propugnada por Hobsbawm, página 12, já que não há pesquisa histórica fundamentada que subsidie o relato da chegada em São Francisco como verdadeiro. Repete-se, simplesmente, o que Armand d’Avezac apresentara em 1847.

Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.

d) sentir-se integrado à comunidade e ao grupo social fortalece-se pelo sentimento de compartilhar fatos em comum. A boa história do descobrimento de São Francisco do Sul em 1504 por franceses contribui para este fim, já que a partir de 2004 Gonville e seu desembarque são mais constantemente lembrados por uma população que participou, esteve presente às diversas solenidades e comemorações dos quinhentos anos. Em Hobsbawm, página 20, encontramos reforço a nossa ideia.

Aliás, a maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semi-rituais...

e) destaque-se o sentido de pertencimento ao grupo social, forjando sua coesão. Quanto mais fortes são as lembranças e as recordações advindas de fatos comuns e

compartilhados pelos integrantes do grupo, maior será a coesão social, justamente pela participação dos membros do grupo em eventos como o das comemorações dos quinhentos anos. Assim, assuntos comuns virão a tona para discussão e rememoração, contribuindo ainda mais para o fortalecimento de laços afetivos. Ter uma memória comum permite amalgamar os sentimentos – a mente, o coração – em torno de um objetivo único. Hobsbawm, página 21, cita com precisão a utilização da história como legitimadora de ações.

Em segundo lugar, o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão social.

REFERÊNCIAS – FONTE E BIBLIOGRAFIA

Fonte

Entrevistas com dez moradores da cidade de São Francisco do Sul, realizadas pelo autor em 11 e 12 de maio de 2014.

Bibliografia

ABREU, Capistrano. Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XV. Rio de Janeiro, Typ. De G. Leusinger & Filhos. 1883.

ARARIPE, Tristão Alencar. “Primeiro navio francez no Brasil”, memória lida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico. In **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnografico do Brazil**. Rio de Janeiro, 1886. T. XLIX, v. 2, pp. 315-360.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a história catharinense. Typ. da Livraria Moderna, 1912.

BRITO, Paulo Joze Miguel de. Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina. Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.

CABRAL. Oswaldo R. Santa Catharina (História – Evolução). Ed. II. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1937.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, Fernando Lourenço. Os navegadores franceses na costa brasileira. No rastro do *L’Espoir*. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2009. a. 170, n. 444, jul./set. 2009, pp. 39-67.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). A invenção das tradições. São Paulo. Paz e Terra. 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).

INSTITUTO BINOT PAULMIER DE GONNEVILLE. Ata da assembleia de fundação, aprovação do estatuto e eleição da primeira diretoria do Instituto, realizada em 13 de março de 2002.

Le GOFF, Jacques. Memória. In **História e Memória**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Projeto História, nº 10, In **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, pp 7-28, 1993.

PEREIRA, Carlos da Costa. A expedição de Gonneville – o navegador normando teria aportado em São Francisco do Sul? – Uma questão aberta. *In História de São Francisco do Sul*. Florianópolis, 1984. Ed. da UFSC.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

PRADO, J. F. de Almeida. Primeiros povoadores do Brasil 1500-1530. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. (Bibliotheca Pedagógica Brasileira, S. V, V. XXXVII).

SANTOS, Sílvio Coelho dos; Nacke, Aneliese; Reis, Maria José. (orgs.). São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

SÃO FRANCISCO DO SUL. Decreto nº 103, de 22 de janeiro de 2002. Nomeia membros para compor a comissão organizadora dos festejos dos 500 anos de São Francisco do Sul. Disponível em <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-francisco-do-sul/decreto/2002/11/103/decreto-n-103-2002-nomeia-membros-para-compor-a-comissao-organizadora-dos-festejos-dos-500-anos-de-sao-francisco-do-sul>>. Acesso em 02 Dez. 2014.

_____. Lei nº 32, de 26 de julho de 2001. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2002. Disponível em <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/sao-francisco-do-sul/lei-ordinaria/2001/4/32/lei-ordinaria-n-32-2001-dispoe-sobre-as-diretrizes-orcamentarias-para-o-exercicio-de-2002>>. Acesso em 02 Dez. 2014.

_____. Lei nº 124/2002, de 03 de junho de 2002. Reconhece de utilidade pública municipal o Instituto “Binot Paulmier de Gonneville” São Francisco do Sul 500 Anos. Disponível em <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-francisco-do-sul/lei-ordinaria/2002/13/124/lei-ordinaria-n-124-2002-reconhece-de-utilidade-publica-municipal-o-instituto-binot-palmier-de-goneville-sao-francisco-do-sul-500-anos>>. Acesso em 02 Dez. 2014.

SEIBEL, Nelci Terezinha (org.); Berger, Arno (fotógrafo). São Francisco do Sul 500 Anos – construções históricas. 1. ed. Joinville, S&A Editora, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brazil. Madri. 1854. Biblioteca Brasileira Mindlin. USP